



Modelos Internacionais de Educação Superior e a Universidade Atual

International Models of Higher Education and the University Nowadays

Modelos Internacionales de Educación Superior y la universidad actual

Marian Ávila Dias¹  <http://orcid.org/0000-0003-2343-842X>

Denilson Soares Cordeiro²  <https://orcid.org/0000-0002-0023-1605>

^{1,2} Universidade Federal de São Paulo

Correspondência ao Autor

¹ Marian Ávila Dias

E-mail: marandias.dias@gmail.com

Universidade Federal de São Paulo
Guarulhos, SP, Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/9676199805492735>

Submetido: 27 jun. 2019

Aceito: 22 out. 2019

Publicado: 08 nov. 2019

 [10.20396/riesup.v7i0.8655811](https://doi.org/10.20396/riesup.v7i0.8655811)

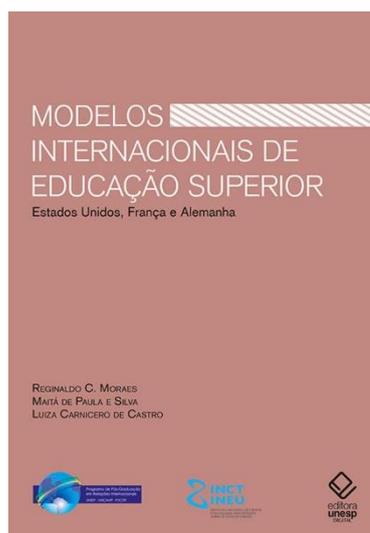
e-location: e021003

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



MORAES, Reginaldo C.;
SILVA, Maitá de Paula;
CASTRO, Luiza
Carnicero. **Modelos
internacionais de
educação superior:
Estados Unidos, França e
Alemanha.** São Paulo:
Editora Unesp, 2017.

Ao examinarmos a educação superior nas sociedades ocidentais contemporâneas, verificamos duas tendências bem distintas: de um lado sua constante expansão (o que significaria, em alguma medida, o reconhecimento da universidade como instituição central para o desenvolvimento destas sociedades); de outro, a sua descaracterização com a ampliação dos chamados cursos técnicos de nível superior cuja oferta de cursos é de caráter instrucional, alguns deles modulares e muitos a distância. É diante de tal cenário que se insere a obra **Modelos Internacionais de Educação Superior: Estados Unidos, França e Alemanha (2017)**.

Partindo dos dois modelos universitários mais influentes e consagrados na tradição ocidental, o alemão e o francês, o livro descreve não apenas os sistemas de educação superior daqueles países como também nos Estados Unidos, considerado herdeiro do modelo humboldtiano em decorrência, principalmente, do intenso fluxo migratório dos alemães para o Novo Mundo durante o século 20. A obra privilegia a primeira década deste milênio e busca verificar como está estruturado tanto o sistema público como o privado nos três países. Destacamos dentre as categorias de análise: a descrição aprofundada e minuciosa dos modelos e padrões de financiamento adotado nos Estados Unidos, a apresentação clara por meio de gráficos da quantidade e tipo de estudantes que afluem a esse nível de ensino bem como um panorama do papel atribuído à educação superior dentro do sistema da educação formal nos países investigados.

O primeiro – e mais detalhado – capítulo trata das universidades norte-americanas. Os autores questionam se ali, poderíamos considerar existir de fato, um sistema na educação superior, uma vez que há vários sistemas estaduais e regionais com modos bem distintos. Uma pirâmide dá o quadro geral da educação superior norte-americana. Em sua base estão os *Community Colleges*, responsáveis por 40% da graduação no país. São aproximadamente mil escolas públicas e 700 privadas, todas em geral de pequeno porte e com cursos, em média, de dois anos de duração. Um nível acima estão as universidades estaduais, de quatro anos de duração e que também ofertam mestrados. Mais acima, estão as 200 universidades “doutorais”, recebendo 30% das verbas para pesquisa e formando também esse percentual de doutores no país. No topo, estão as universidades de pesquisa: são aproximadamente 100 instituições que recebem 70% das verbas para pesquisa e formam 70% dos doutores no país. Mais de 65 destas universidades são públicas e as restantes, privadas.

Este desenho já aponta para as formas de financiamento das instituições como sua principal característica. Naquele país, elas se dividem em públicas, privadas sem fins lucrativos e privadas com fins lucrativos. Os autores demonstram como os recursos públicos são investidos não apenas nas universidades públicas, mas também, e de forma expressiva, nas universidades privadas sem fins lucrativos. Os números desmentem a frequente afirmação de que nos Estados Unidos as instituições de educação superior e suas pesquisas seriam financiadas prioritariamente pelas empresas. A maior parte do dinheiro recebido pelas universidades (mais de 65%) vem, no entanto, de órgãos governamentais.

O principal motivo para o uso do dinheiro público nessas instituições, mesmo as privadas, reside no interesse pela pesquisa e suas decorrências, como produtos e patentes. São os Departamentos (que equivalem no Brasil aos ministérios) de saúde, ciência e tecnologia, agricultura e defesa responsáveis por destinar grande parte de seus orçamentos para financiar as pesquisas. O investimento em pesquisa por parte do governo é elevado há muitas décadas, mas nota-se uma mudança relativa à área de interesse, uma vez que, excetuando-se as presentes agências de financiamento de perfil militar, os investimentos nas áreas de saúde e assistência social, assim como na área de energia, têm aumentado. Daí, percebemos como a relação entre as universidades e as políticas públicas, decorrente do financiamento para as pesquisas, influi na agenda daquele país, suas prioridades e encaminhamentos.

Quanto ao ensino, as mais variadas modalidades de graduação são oferecidas nos *Community Colleges* e nas universidades públicas estaduais. É ali que se concentra o maior número de estudantes matriculados, seja nos cursos de curta duração (2 anos), seja nos bacharelados de 4 anos. Juntas, essas modalidades de curso nas universidades públicas correspondem a 70% do total das matrículas na educação superior norte-americana. Note-se que mesmo o sistema público é pago pelo estudante; porém o valor obtido com as mensalidades supre pouco mais de 10% do orçamento. Os autores identificam que os que evadem da universidade estadual de quatro anos tendem a ingressar nos *Community Colleges* para completar seus estudos e vice-versa. Assim, do ponto de vista do “modelo de negócios”, apenas ocorre uma troca de lugares, mas o fluxo de caixa permanece inalterado. A grande diferença está na oferta de carreiras. Uma vez que, os dois primeiros anos oferecem uma educação mais geral, o que corresponderia ao bacharelado são os dois últimos anos que requerem uma oferta maior de especialidades. Nesse nível de ensino, as privadas tendem a oferecer poucas opções e em carreiras mais prestigiadas, enquanto que as públicas arcam com a ampla oferta de cursos.

No entanto, os autores identificam que após os anos 2000 tem se acentuado o crescimento das instituições privadas com fins lucrativos. Se hoje o setor representa mais de 10% das matrículas, os autores preveem que esta “rota de privatização” tende a se expandir e consolidar rapidamente, já que as instituições públicas ou mesmo as privadas sem fins lucrativos, também têm taxas e anuidades e cujo ingresso é seletivo e competitivo, elas acabam por “empurrar” o aluno para o setor privado, mais barato e sem tantas exigências para o ingressante. Os autores encerram o capítulo com um alerta para as políticas públicas brasileiras que têm interesse em adotar esse modelo, pois há preocupação tanto sob o aspecto da qualidade do ensino – algumas dessas instituições sequer têm professores, que foram substituídos por “designers” de cursos profissionais – como também com o endividamento das famílias por meio de programas de financiamento que, com seus sistemas de juros e amortizações, acabam por penalizar aqueles de mais baixa renda.

O segundo capítulo descreve o sistema francês. Bem mais conciso, detém-se na explanação acerca das diversas instituições que compõem o nível superior (escolas, universidades, *grands établissements*, escolas técnicas, escolas não universitárias etc.) e suas diferentes formas de preparação e acesso. Para tanto, também aborda a educação básica, em

especial o ensino médio, que já passa a ser determinante para o tipo de carreira universitária a ser trilhada. As classes preparatórias e os exames de admissão (*baccalauréats*) funcionam como filtros para o acesso à educação superior. Isso faz com que a escolha do estudante pelo percurso formativo se dê ainda muito cedo dentro do sistema escolar. O sistema é praticamente público e determinado pelo poder central. Quase 90% do orçamento da educação superior vêm do governo e o restante é coberto pelos estudantes, que arcam com matrículas, alimentação e alojamento. São valores baixos pagos pelos estudantes, uma vez que o custo da alimentação e do alojamento também é subsidiado pelo governo.

Quanto ao tipo de ensino ofertado destacam-se os *Instituts Universitaires de Technologie* (IUT) e as *Sections de Techniciens Supérieurs* (STS). Estes se constituem como novas possibilidades de carreiras tecnológicas de curta duração. Os cursos nas STS são de acesso mais aberto e duram dois anos; já os ofertados nos IUTs – que operam dentro das universidades tradicionais, mas com regime próprio – duram três anos, com carga horária mais elevada, maior exigência acadêmica e sistema de ingresso restritivo. A escolha do tipo de curso superior ainda está muito relacionada ao estrato social ao qual pertence o estudante, segundo os autores. Desta forma, os Liceus continuam sendo o grande filtro seletivo para o ingresso na educação superior de qualidade. Por mais que a democratização do acesso à universidade tenha ocorrido na França, no final do século passado, a expansão e a reforma, daí decorrentes, “incluiu, mas segregou” (p. 55). Eles explicam que a chegada de um novo público aos exames de admissão veio juntamente com a ampliação desses exames e das instituições, especialmente aquelas voltadas a carreiras tecnológicas ou profissionalizantes. Contudo, mesmo os estudantes de baixa renda que optam por realizar o exame para ingresso na carreira universitária mais tradicional tendem a evadir-se mais do que aqueles vindos de estratos sociais mais elevados.

Os dois últimos capítulos são sobre o modelo alemão. Os autores partem de uma retomada histórica e apontam que, embora as instituições universitárias alemãs não sejam tão antigas quanto outras europeias, datadas da era Medieval, são anteriores à própria unificação alemã, o que lhes confere certa antiguidade. A marca deixada por Humboldt na concepção e execução do sistema universitário, que tem como característica principal a fusão entre a pesquisa e o ensino, reverbera até os dias atuais, não apenas na Alemanha, mas também ao redor do mundo. Humboldt imprimiu na universidade a visão moderna de valorização da ciência como modo de conhecer o mundo e que, portanto, necessita ser autônoma nas formas de investigação e de transmissão daquilo que conhece. Daí decorre uma concepção humanista de universidade e a sua liberdade de cátedra.

Quanto ao modelo adotado atualmente, o texto recorda já em 1969, na Alemanha Ocidental, uma reforma na constituição ampliou o papel do governo federal nessas instituições, o que garantiu a expansão, unificação e consolidação das universidades. Em 1976 são criadas as escolas técnicas superiores (*Fachhochschulen*) de caráter mais aplicado e com duração menor. Na reunificação alemã, o modelo ocidental prevaleceu e as universidades existentes na Alemanha Oriental foram incorporadas ao sistema federal.

No percurso escolar alemão, após a conclusão do ensino primário os alunos já devem optar por três tipos de continuidade em seus estudos que determinarão a possibilidade ou não do ingresso na educação superior. A *Hauptschule* oferece mais 5 anos de ensino e é direcionada para cursos de aprendiz; a *Realschule* com 10 anos de escolarização e habilita para o ingresso em carreiras tecnológicas superiores; e o *Gymnasium* possibilita a preparação para o ingresso na universidade. Este terceiro tipo de escola encerra-se com a aplicação de um exame cuja certificação é o *Abitur*, indispensável ao ingresso na universidade.

O aumento de alunos qualificados para frequentar a universidade decorrente da expansão na década de 1970 fez com que as instituições adotassem o limite de vagas para alguns cursos, uma vez que a expansão na educação superior não acompanhou a velocidade da expansão nos níveis da educação básica. Ocorreu aí uma inversão interessante, uma vez que não apenas os egressos do ensino secundário da *Realschule*, mas também, aqueles que frequentaram o *Gymnasium* passaram a buscar as escolas superiores técnicas, o que fez com que estas também passassem a adotar um limite de vagas. Com isso, os alunos vindos das camadas mais ricas da população e que cursaram o *Gymnasium* passam a ocupar a maioria das vagas nas escolas técnicas. Quanto ao financiamento, as regiões (*Land*) e a federação arcam com a maior parte dos custos e em algumas regiões, o investimento tem se conduzido obedecendo à lógica da competição entre as instituições. Disso decorre que algumas secretarias de educação vêm se retirando do financiamento das instituições superiores, estabelecendo contratos com duração estabelecida, o que traz insegurança às universidades quanto ao seu planejamento. Mesmo com tais incertezas, é importante destacar que a educação superior na Alemanha é gratuita; e os estudantes têm acesso a diversas formas de financiamento e outras modalidades de auxílio financeiro para manterem-se durante o curso, além de bolsas de estudo baseadas no mérito acadêmico.

No Brasil, nas instituições públicas e privadas, podemos notar ressonâncias herdadas tanto do modelo norte-americano como do francês no que se refere à tendência de oferta de módulos que, à medida em que vão sendo cumpridos, conferem graus distintos (tecnológico, bacharel e licenciado) com destaque para o aumento da oferta de cursos de curta duração e a distância, como tem ocorrido naqueles países já há algum tempo. A tendência a definir a escolha pela carreira em etapas anteriores da escolarização, como ocorre no modelo alemão, também é uma característica que vem sendo implementada em nosso país, especialmente após a reforma do Ensino Médio prevista pela Lei nº 13.415/2017. Porém, se na Alemanha a escolha por um ensino de nível técnico não impacta no status social e na renda dos indivíduos, o mesmo não ocorre aqui. A questão da “inclusão segregada” observada no modelo francês também é um dos pontos de semelhança com nosso país. A democratização recente da educação superior, até o momento não parece ter eliminado a existência de diferentes carreiras e universidades para diferentes camadas sociais em ambos países. Em suma, a leitura de **Modelos Internacionais de Educação Superior: Estados Unidos, França e Alemanha** nos convida a pensar sobre o papel que a escolarização e sua certificação na vida dos indivíduos pertencentes às sociedades contemporâneas. Qual o peso na determinação da qualidade de vida e do lugar social e de poder a ser ocupado pelo jovem

que frequentou e por aquele que foi excluído desse sistema? A apresentação dos sistemas desses três países também demonstra que as demandas e expectativas sobre a educação superior variam de acordo com a classe social do estudante, mas que permanece a percepção de que, via de regra, o que é ofertado às camadas mais pobres da população encaixa-se na lógica de um sistema produtivo em que as credenciais obtidas mantêm estes indivíduos – ainda que com diploma universitário – na base da hierarquia social.